



FORMAD



anos





30
anos

PUBLICAÇÃO FORMAD 30 ANOS (FASCÍCULO I)

Organização: Bruna Pinheiro, Herman Oliveira, Laís Costa

Redação e Edição: Bruna Pinheiro

Projeto gráfico: Lucas Rampazzo

Fotos: Flávio André, Francisco Alves, Arquivo Formad.

DEDICATÓRIA

Uma rede só atua e se sustenta enquanto rede quando reconhece no outro a importância, o valor e a grandeza. Quando olhamos para o lado e nos enxergamos, nos protegemos, nos cuidamos e nos respeitamos, é quando nos fortalecemos.

Este livro é dedicado a todas e todos que ao longo desses 30 anos tiveram a sensibilidade de se reconhecer no outro e lutar por muitos.

Sejamos força e resistência!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CRIANDO A REDE	10
FORTALECENDO A REDE	16
FÓRUM SE AMPLIA E LUTAS TAMBÉM	26
QUEM TECE A REDE	38
PALAVRA DA SECRETARIA EXECUTIVA	40

INTRODUÇÃO

Nas próximas páginas você encontrará um resumo de duas linhas que foram se tecendo e se ampliando conjuntamente: a rede e a luta, se enredando numa trama que aproximou pessoas e entidades. Na medida em que os processos de desenvolvimento de Mato Grosso foram pautando o eixo econômico do Desenvolvimento (supostamente) Sustentável, organizações de lutadoras e lutadores foram se organizando para um fortalecimento mútuo. Nas palavras de Raul Seixas seria “sonho que se sonha junto é realidade” até porque a força do agronegócio seria impossível de conter tão somente por uma única pessoa ou instituição.

A expectativa é de que com essa leitura, seja possível entrever, perceber e até achar irônico que as tentativas de impor um “mapa único, planejado e monológico” não pararam, apenas recuaram ou hibernaram. Foi assim

com o avanço sobre os territórios indígenas, sobre os povos e comunidades tradicionais; foi assim com as Unidades de Conservação e demais áreas protegidas; foi assim sobre as águas, terras e florestas, numa repetição insistente e irracional. Essa insistência tem nome: ganância. E essa resistência tem nome: teimosia. Teimosia contra projetos que querem apagar do mapa mato-grossense bichos, coisas, plantas e gentes.

O Formad, em seus 30 anos de existência é talvez a imagem mais eloquente da necessidade *Maria, Maria de ter força, ter raça, ter gana sempre*, de continuar, de re-existir, de mudar, se for preciso para sair do eixo meio ambiente e desenvolvimento para ser popular e socioambiental.

Nossa bandeira é de luta!

CRIANDO A REDE



O ano era 1992 quando, após completar 20 anos de uma das mais importantes conferências sobre meio ambiente, outro evento com o mesmo objetivo seria realizado: a Eco-92. Também conhecida como Rio-92, Cúpula da Terra, dentre outros nomes, o encontro reuniu representantes de mais de 170 países na capital do Rio de Janeiro que, para receber um evento de tamanha importância, voltou a ser considerada a capital do Brasil.

Organizações da sociedade civil em todo o mundo perceberam a importância de participar muito embora o evento oficial não previesse o envolvimento dos povos e da população em geral, suas representações, mas tão somente um encontro de Chefes de Estado. No Brasil, as entidades discutiam formas de participar e em Mato Grosso não foi diferente. Algumas organizações discutiram a necessidade de estar presente nesta que poderia ser a “virada de chave” em relação às diretrizes mundiais sobre meio ambiente.

Com dezenas de organizações de certa forma alinhadas e em atividade, cada uma delas com pautas específicas e até segmentadas no estado, a unificação de uma rede para contemplar todas era fundamental para a participação na Eco-92. Devido à baixa representatividade de Mato Grosso em cenário nacional e as condições financeiras e logísticas das organizações muito comprometidas, marcar presença em um evento como a Conferência da ONU seria impossível sem um esforço unificado.

Ao lembrar essa época ele acrescenta que “havia a necessidade e a proposta de discussão em fórum internacional. Era importante termos uma opinião mais ampla do que aquelas das entidades no estado, onde fosse possível dialogar, tirar propostas concretas para Mato Grosso, independente da origem da ideia. Queríamos apresentar as questões locais para o mundo”. Diante deste cenário, em janeiro de 1992, a FASE Amazônia/

Guaporé convoca uma reunião com as principais organizações sociais de Mato Grosso no município de Pontes e Lacerda para os preparativos da Eco-92. O texto, assinado por Cláudia Maria Calório, convida para a agenda marcada nos dias 15 e 16 de fevereiro, pressionando sobre a importância do evento e o cenário político daquele momento.

“Chamamos todos os companheiros para a responsabilidade da participação ativa e consistente. Caso contrário, seremos cúmplices, por omissão, do que acontece hoje no planeta”, diz um trecho do documento.

Entre os encaminhamentos do encontro, ficou decidida a criação de um Fórum representativo e que abraçasse todas as bandeiras de lutas em Mato Grosso, sem um



O modelo de desenvolvimento desenhado em Mato Grosso já estava se efetivando e as entidades organizadas não tinham um espaço para discussão ampla, com olhar social, de justiça social, sobretudo a respeito dos territórios. Não havia um espaço para congregar entidades. A oportunidade foi a Eco-92”,

Ivar Busatto, coordenador geral da OPAN.



direcionamento específico, ou seja, uma atuação ampla, democrática e popular, cuja identidade fosse coletiva. Era esse o intuito e foi assim que, em abril daquele ano, constituiu-se o Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Formad.

ECOLOGIA EM PAUTA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A criação do Formad acontece paralelamente ao crescimento do movimento ecológico no Brasil, como bem destaca Heitor Queiroz de Medeiros, ex-presidente da Associação Mato-grossense de Ecologia (AME Mato Grosso) e ex-secretário executivo da Rede Brasileira de

Educação Ambiental (REBEA). Em uma mistura de ideologias políticas e movimentos partidários, a ecologia enquanto pauta social ganhou força ao que os historiadores classificam como fase ambientalista do movimento ecológico brasileiro, entre os anos 70 e 80.

“Se hoje a luta socioambiental é difícil, imagine naquela época em que os movimentos populares não absorviam a pauta ecologista. Foi a Eco-92 que trouxe essa aproximação do movimento ecológico com os movimentos populares sociais, inclusive fazendo com que eles percebessem que poderia ser uma pauta deles também. Havia também muito preconceito sobre os militantes, que não tínhamos o que fazer. A bandeira ecologista não fazia parte da militância até a Eco-92”.

Aprofundando a luta ambiental e compreendendo que assim como os benefícios à socie-

A PRIMEIRA COORDENAÇÃO DO FORMAD ERA COMPOSTA PELAS SEGUINTE ORGANIZAÇÕES:

Operação Amazônia Nativa (Opan)

1

2

Instituto Centro de Vida (ICV)

3

Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso (CUT-MT)

4

Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase-MT)

5

Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Fetagri-MT)

6

Movimento Popular da Saúde (MOPS)

7

Ordem dos Advogados do Brasil, seccional regional (OAB-MT)

dade de um meio ambiente preservado e sustentável, os danos também chegam e afetam a todos, embora de formas e com impactos distintos. Neste entendimento, as pautas sociais passam a ser consideradas e inclusas aos movimentos sociais. “Houve um momento em que a pauta ecologista em Mato Grosso deixou de ser só ecologista para ser mais ambientalista, até que chegou ao socioambiental. Foi um trabalho conjunto dos movimentos populares e ecológicos para ocupar o espaço da Eco-92, quando começamos a falar que outro mundo é possível”.

Uma das peças fundamentais para o processo de articulação da rede que hoje compõe o Formad, a assistente social e militante, Márcia Campos, nesta época era Secretária da Opan. Bastante ligada às pautas ambientalistas e indígenas desde a juventude, ela viu naquele envolvimento das organizações uma possibilidade de fortalecer o movimento socioambiental em Mato Grosso, que de fato, precisava do amadurecimento para criar suas conexões e formar uma rede sólida até pelos enfrentamentos com o Estado que já sabiam que viriam.

“

Aquela década de 90 foi um momento forte para as organizações e tivemos desdobramentos importantes, incluindo a criação do Formad. Acreditamos que era possível! O Fórum é um espaço de construção e crescimento e acho válida uma rede como essa diante da necessidade de um mundo onde se respeite as pessoas e a terra. Enquanto houver uma pessoa que sonha, há luta”.

Márcia Campos, ex Secretária Executiva do Formad

FORTALECENDO A REDE



A primeira manifestação pública do Formad veio cerca de um mês após a sua constituição. Em maio de 1992, a rede assina o documento “Prodeagro: necessidade de reformulação. Posicionamento do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento”, que elencou as problemáticas da aprovação do Projeto de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de

Mato Grosso, o Prodeagro. O texto detalhou oito pontos que comprometeriam o programa estimado em U\$ 270 milhões e que precisariam ser resolvidos e reavaliados diante da iminência da proposta a ser aprovada. Entre as principais críticas, o Formad apontava a falta de participação popular na elaboração e prosseguimento do projeto, algo que décadas depois ainda se vê com frequência no Poder Legislativo e Executivo.

PROBLEMÁTICAS APONTADAS



Reprodução do Polonoroeste



Desarticulação dos componentes



Não avaliação dos impactos ambientais e sociais



Incapacidade institucional



Indefinição da legislação ambiental



Zoneamento Econômico Ecológico inexistente



Condições de negociações não cumpridas



Proximidade da Rio-92

Em um primeiro momento, o Governo queria implantar o Prodeagro do jeito dele. O Formad reivindicou a participação em todas as instâncias, principalmente, nas de definição. Queríamos estar juntos nas decisões, o governo não queria isso, e o Fórum seguia pressionando. Foi criada uma comissão do Prodeagro, com a participação do Governo, mas que o Formad, devido a toda a pressão e articulação, passou a ter uma cadeira com representantes. Na época eu, enquanto integrante da Associação Brasileira de Ecologia, ocupei uma cadeira nesta comissão em que diversas lutas foram travadas ao lado de outras entidades. A presença do Formad nas deliberações do Prodeagro foi muito importante”, explica Heitor Queiroz de Medeiros.

Vicente Puhl, ex-coordenador da FASE-MT faz um resgate importante sobre os reais objetivos do Prodeagro, programa lançado pelo governo como uma política pública para recuperar os danos e prejuízos ambientais de outra iniciativa, o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, o POLONOROESTE. O projeto criado pelo Governo Federal gastou cerca de US\$ 1,5 bilhão na pavimentação da BR-364, entre Rondônia e Mato Grosso, dando início à abertura de estradas para resolver um problema levantado pelo setor econômico de que as dificuldades de acesso à região atrasavam o progresso do país. Como consequência da abertura de estradas, o que se viu foram anos de

destruição ambiental, conflitos agrários, grilagem, desmatamento, aumento da violência contra comunidades tradicionais, dentre outros impactos da “chegada do progresso” representada pelo avanço do agronegócio.

No item referente à falta de avaliação dos impactos ambientais e sociais do programa, o posicionamento do Formad atacava diretamente os prejuízos sofridos por comunidades indígenas e povos tradicionais diante da liberação desenfreada de atividades econômicas por todo o território mato-grossenses, desconsiderando completamente a presença de centenas de comunidades no entorno, além da fauna e flora dos biomas afetados.



O Prodeagro foi criado para consertar as políticas do POLONOROESTE. Com o comitê gestor que o Formad fez parte, conseguiu-se como uma das propostas do programa que R\$ 40 milhões fossem destinados para o desenvolvimento de projetos em comunidades. Este comitê também ajudou a criar as regras de acesso aos recursos, com a análise e aprovação”.

Vicente Puhl, ex-coordenador da Fase-MT.

“O Governo não se preocupava com as invasões em terras indígenas. O Formad acionou o Banco Mundial denunciando em uma carta a negligência com que estavam lidando com a Terra Indígena Sarará, território do povo Nambiquara, até que o Banco Mundial bloqueou todos os recursos do Prodeagro. Só assim, o Governo foi obrigado a enfrentar as invasões e atuar na desintrusão da área e a demarcação das terras. Foi uma vitória importante e que mostrou que era possível avançar com programas de políticas públicas e que o Governo não pode atuar sozinho, ignorando a presença da sociedade civil organizada”.

nacional, uma vez que, antecipou o Fórum, seriam deflagradas campanhas de denúncias de alcance internacional.

Diz um trecho do documento assinado pelo Fórum:

“(…) aprovar o Programa em sua forma atual significa a perda de uma excelente oportunidade, onde Mato Grosso e o próprio Banco, pos- sam trilhar novos caminhos e estabelecerem outros padrões de desenvolvimento. Significa privar parte da população local de alternativas sustentáveis para a sua sobrevivência. Significa

também adiar a possibilidade de resolver vários problemas concretos no Estado e de otimizar recursos tão escassos e caros para a sociedade.

Portanto, é preciso que haja o tempo necessário para que os problemas condicionantes sejam resolvidos e para possibilitar o conhecimento e a participação da sociedade civil organizada, na reformulação e no acompanhamento efetivo do Programa, de forma que as modificações necessárias reflitam, de fato, os interesses da maioria da população de Mato Grosso.

Outro material da época é o relatório “Prodea-

gro: dificuldades e perspectivas de acompanhamento”, produzido por um Grupo de Trabalho do Formad, em que é narrado um quadro de problemas socioambientais causado pela implantação do POLONOROESTE, programa que teve 75% do financiamento pago pelo Banco Mundial e uma contrapartida do restante pelo Governo Federal e de Mato Grosso. O documento pedia uma “intervenção sistêmica (integrada, regionalizada e participativa” para sanar os problemas identificados durante os cinco anos do programa. As consequências listadas foram (veja box abaixo):

INCIDÊNCIA SOBRE O ZEE

O Zoneamento Econômico Ecológico, outro componente do programa, também recebeu críticas das entidades pela sua inexistência e fragilidade. Mais uma vez, por reivindicação do Formad, o Governo cedeu à contratação de uma consultoria para assessorar as deliberações relacionadas à pauta. O nome escolhido foi o do engenheiro agrônomo, professor e especialista em ciências sociais, Horácio Martins de Carvalho, com uma trajetória de contribuições e estudos ligados à temática ambiental, reforma agrária e áreas afins. Também participaram desta etapa alguns integrantes da ONG Bioconexão, Ecotrópica e da FASE.

O posicionamento do Formad sobre o Prodeagro apontou ainda a possibilidade de prejuízos para Mato Grosso e para o Banco Mundial, que teria reforçada a sua imagem negativa perante a comunidade inter-



Se dependesse do Governo, o ZEE liberaria todas as atividades econômicas. Com o Formad, conseguimos mostrar a importância da demarcação indígena e a ampliação das Unidades de Conservação do estado. Aliás, com os recursos do Prodeagro foram criadas algumas UCs, que até hoje tentam reverter ou diminuir áreas. Esse trabalho de definir áreas tampões onde o agronegócio não poderia entrar é trabalho e pressão do Fórum, que conseguiu colocar delimitações para que o Zoneamento não fosse um instrumento de permissão e garantia ao agronegócio”.

Horácio Martins de Carvalho, professor e especialista em ciências sociais.



✓ O relatório do GT Prodeagro apontou outra gravidade do programa, que era justificado como reordenamento do desenvolvimento do Estado sob a ótica da preservação ambiental e que **“até o momento não foi sequer apresentado ao Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), órgão normativo da política estadual de meio ambiente, de caráter paritário (Estado/sociedade civil). E é evidente que várias ações previstas neste programa exigirão a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental, que necessariamente caberão ao Consema aprovar ou não”**.

PRODEAGRO EM DISCUSSÃO

Ainda no ano de 1992 e dando continuidade à pressão pela participação popular no processo de implantação do Prodeagro, em outubro, o Formad realizou o **Seminário Prodeagro: desenvolvimento em discussão**, dos dias 28 a 31, na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá. Aberto a toda sociedade, o encontro teve como objetivo proporcionar à comunidade o acesso às informações sobre o programa, dando condições para a compreensão e acompanhamento dos efeitos da sua implantação, bem como atualizações a respeito do desenvolvimento em Mato Grosso.

O Seminário também promoveu o diálogo e a interação entre o Governo e a sociedade civil organizada, além de debater estratégias de atuação conjunta da rede de organizações ligadas ao Formad.

A mesa de abertura contou com o debate “Meio ambiente e desenvolvimento frente

às políticas urbanas” e teve a coordenação do professor de Geologia Geral da UFMT, José Domingues Godoy Filho. Os debatedores foram Jean Pierre Leroy, do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento; Sueli Couto Rosa, professora e pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas da Amazônia, Pantanal e Cerrado (GERA) da UFMT; Eucário Antunes Queiroz, secretário de Meio Ambiente do Governo de Mato Grosso; Frederico Mendes dos Reis Arruda, diretor do Centro de Ciências do Ambiente do Amazonas (UFAM). Apesar de terem sido convidados, não foram representados o Governo Federal e o Banco Mundial.

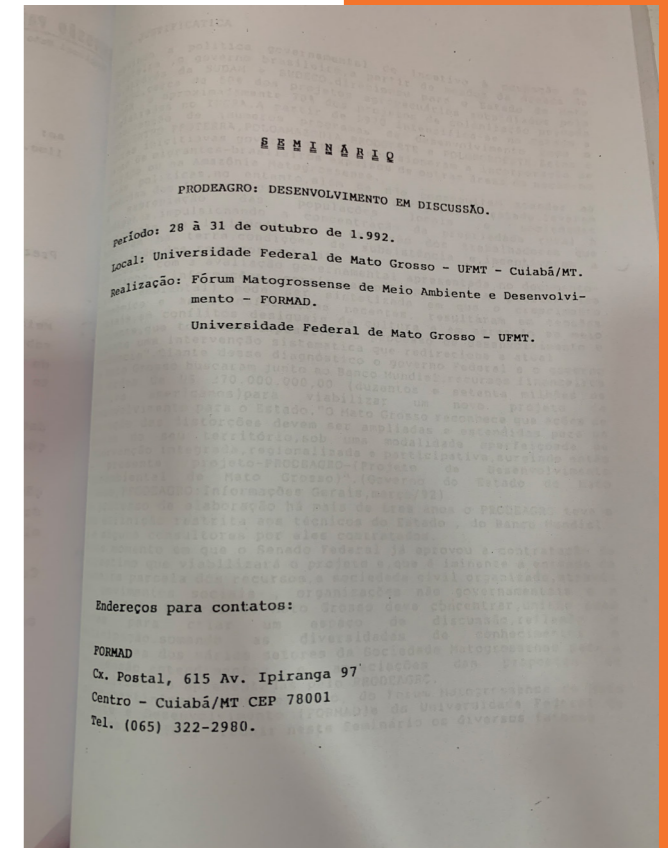
Jean Pierre Leroy ressaltou a importância de se trabalhar o Prodeagro, como um caminho para contribuir na melhoria da política brasileira e que a respeito de que meio ambiente é inseparável de desenvolvimento, ele sentia que o que estava em jogo não era a preservação em si, mas a humanidade, o seu desenvolvimento e o seu futuro. Palavras descritas na relatoria do evento complementam *“quando se juntam as duas coisas, pensa-se que é um problema de tecnologia, mas esta é só uma das questões do desenvolvimento. Uma mudança tecnológica supõe uma mudança no padrão de acumulação da riqueza. Nestes termos, a Reforma Agrária é uma proposta moderna de desenvolvimento, de mudar os padrões de acumulação, permitindo recriar uma riqueza a partir da base, a partir de todos nós”*.

No segundo dia, o debate “Prodeagro e Desenvolvimento Sustentado” foi coordenado por Rodrigo Aleixo de Azevedo, professor da Faculdade de Ciências Agrárias e pesquisador do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos da UFMT e teve como debatedores Adalberto Eberhardt, representante do Formad e presidente da Fundação Ecotró-

pica; Roselane Salles Monteiro, especialista em Planejamento Governamental; Roberto Sanches, especialista em Ordenamento Territorial, da Argentina; e Francisco de Arruda Machado, professor do Departamento de Botânica e Ecologia da UFMT.

O representante do Formad, Adalberto Eberhardt, em sua fala criticou a falta de participação popular em projetos que afetam diretamente a sociedade, tanto nas fases de planejamento, avaliação, reavaliação e implantação. No caso do Prodeagro, disse que *“tanto o Banco Mundial está perdendo a grande oportunidade de resgatar sua imagem perante a opinião pública mundial, tão desgastada através do POLONOROESTE e outros grandes empreendimentos pelo mundo a fora, como o Governo de Mato Grosso está perdendo a oportunidade de inserir o seu nome na história como o grande vanguardista na construção de um modelo de desenvolvimento que contemple a maioria da sociedade em cima da vocação do seu ecossistema e da manutenção da qualidade de vida para nossos antecessores”*.

E as críticas à postura do governo não pararam por aí. Adalberto questionou o fato da gestão do programa não ser conduzida pela Secretaria de Meio Ambiente, que inclusive não teve acesso e participação na elaboração do modelo agrícola e tampouco incorporou a proposta ambiental, ressaltando que *“enquanto a nação assume uma dívida de US\$ 300 milhões para construir melhor qualidade de vida futura com base no manejo sustentado de recursos naturais e na ocupação inteligente dos seus espaços físicos, esses mesmos governos estadual e federal passam a estimular a expansão de monoculturas, que terão como instrumento a hidrovía Paraguai/Paraná. A implantação da hidrovía perpetuará o modelo de ocupação de monocultura nas cabeceiras do rio Paraguai”*.



Na plenária sobre a participação da sociedade civil no Prodeagro diversas propostas foram discutidas em relação ao programa, no entanto, algumas incluíram o fortalecimento do Formad enquanto uma rede que poderia representar o segmento regional, nacional e até internacionalmente. Entendeu-se também a importância da participação paritária no Conselho de Administração do Prodeagro e a criação de câmaras temáticas de trabalho e uma coordenação para acompanhar o Prodeagro mais de perto. A instância seria um elo de interlocução dos trabalhadores junto ao programa. Ali mesmo foram distribuídas as câmaras e seus representantes por região do estado e, em Cuiabá, a representação ficou a cargo do MOPS.

Conforme a relatoria do Seminário, as propostas encaminhadas pelo Formad ao governo estadual, Federal, ao PNUD e ao Banco Mundial foram:


- 

Participação da sociedade civil na instância superior do Prodeagro com a formação de uma Comissão Paritária e Câmaras Temática;
- 

Inclusão dos Conselhos Municipais de Saúde, de Educação e de Meio Ambiente na elaboração, acompanhamento e execução das ações em nível municipal;
- 

Promoção de programas de capacitação técnica de comunidades beneficiárias
- 

Inclusão no Prodeagro de projetos elaborados pelas associações de beneficiários, a partir das realidades e demandas locais e regionais;
- 

Realização de seminários públicos nos municípios para discussão do programa, bem como um evento direcionado às comunidades indígenas;
- 

Produção de materiais de divulgação e cartilhas, por meio dos recursos destinados para a educação ambiental, com informações sobre os objetivos e metas do Prodeagro.

FÓRUM SE AMPLIA E LUTAS TAMBÉM



Com a virada dos anos 90 para o início dos anos 2000, o Formad já tinha uma identidade local e até nacional enquanto rede de entidades socioambientais. Além da participação de agendas institucionais e a representatividade de integrantes em instâncias deliberativas, o Fórum também ampliava sua atuação com a incidência em municípios da Baixada Cuiabana, região do Pantanal, e comunidades tradicionais próximas à Unidades de Conservação.

Embora a discussão sobre proteção e, talvez mais do que isso, a desproteção do Pantanal tenha acontecido paralelamente às lutas para que o Prodeagro cumprisse suas metas, uma outra corrente avançava na contramão dos fluxos de cheia e vazante: Programa Pantanal e Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP). Esses dois programas caminharam juntamente com a necessidade de ajuntamento das organizações para fazer frente ao avanço desmedido e irracional sobre o bioma que, de certa forma, se tornou símbolo de Mato Grosso.

Um simbolismo, que diga-se de passagem, é uma ironia em face das recorrentes tentativas de drenar suas águas, retificar seus meandros implantando o agronegócio e escoando grãos através de uma hidrovia que, segundo as discussões realizadas pelo Formad, ECOA, WWF, universidades e especialistas, simplesmente destruiria completamente o bioma pantaneiro.

Ainda sobre a questão das águas, a luta contra a implantação de usinas hidrelétricas em bacias mato-grossenses foi algo que se intensificou nos anos 2000, com a sequência de tentativas em diversos pontos do estado. Na região de Cáceres, onde é histórica a resistência e mobilização de organizações socioambientais, dezenas de projetos foram barrados. É de lá a marca da primeira manifestação em defesa do Rio Paraguai/Pantanal, em 14 de novembro de 2000, data que posteriormente se tornou dia oficial de celebração do rio que banha cidades do Brasil, Argentina, Bolívia e Paraguai.

A romaria fluvial, atualmente coordenada pelos comitês populares de bacias e organizações filiadas ao Formad como a Associação Cultural Fé e Vida e o Instituto Gaia, é uma das mais belas, ricas e simbólicas manifestações populares de amor e proteção ao meio ambiente. Para quem já teve a oportunidade de desfrutar do poder do Rio Paraguai em meios às suas águas em Cáceres, a



experiência vale pela certeza de que defender as águas é proteger a todos e lutar para que hidrelétricas não sejam implantadas é a saída para a garantia do equilíbrio socioambiental do Pantanal e outros biomas.

QUATRO ANOS DE RETROCESSOS SOCIOAMBIENTAIS

A iminência da vitória de Jair Bolsonaro à Presidência da República já sinalizava a possibilidade da perda de direitos, redução de diálogo, retrocessos socioambientais e o crescimento do poder do agronegócio sobre as cadeiras da política nacional. Se antes, o “agro era pop”, com Bolsonaro no alto escalão de poderes do Brasil, ele teve a sua era de ilegalidades protegidas, incentivos cada vez maiores e a omissão diante de catástrofes e um projeto de destruição ambiental.

De 2019 a 2022, o Brasil que se viu, e isso, refletido na maioria dos estados, foi de alta na taxa de desmatamento, queimadas, invasão de terras indígenas, autorização para o garimpo, agronegócio avançando no Pantanal,





unidades de Conservação e áreas protegidas perdendo quase que completamente sua preservação, sucateamento dos órgãos de fiscalização, perda da reputação ambiental no exterior, congelamento de programas sociais, aumento do discurso de ódio e violência às minorias sociais, preconceitos religioso, dentre tantos retrocessos que ainda levarão tempo para serem recuperados.

Em Mato Grosso, para além da representação nacional, este período foi marcado também pelo governo de Mauro Mendes, que assim,

como Bolsonaro, era a opção dos grandes empresários e fazendeiros e o pesadelo de trabalhadores, pequenos produtores rurais, comunidades tradicionais e ribeirinhas, dentre tantos outros grupos diretamente afetados pela expansão de empreendimentos hidrelétricos, desmobilização de setores sociais e a falta de investimentos para a agricultura familiar, demarcação de terras, etc. O discurso desenvolvimentista e liberal de Mauro Mendes permitiu que retrocessos também fossem permitidos no estado.

PANDEMIA MUNDIAL E OS EFEITOS NO POVO E NA NATUREZA

Apesar de já ter sido identificada anteriormente, a confirmação da chegada do SARS-CoV-2 no Brasil foi em fevereiro de 2020. A partir daquele momento, o mundo todo já sentia medo da Covid-19, doença que matou quase 7 milhões pessoas em dois anos. No

Brasil, o número de óbitos ultrapassou os 700 mil no primeiro trimestre de 2023 e em Mato Grosso chegou a 15 mil mortes.

A pandemia trouxe centenas de efeitos colaterais para a sociedade, e no caso dos grupos já fragilizados, a recessão econômica foi cruel. E quando mais se precisou de políticas públicas e apoio governamental, menos se teve. Graças a um governo Federal negociante, elitista e sem um projeto sólido voltado para ajudar os mais afetados pela pandemia, coube à sociedade civil organizada e movimentos sociais fazerem esse papel.

Logo nos primeiros meses da pandemia, com o isolamento social decretado em todo o estado, as mobilizações começaram por meio da parceria entre Formad, Centro de Tecnologia Alternativa (CTA), a Fase-MT, a Associação dos Apicultores (APA), Associação Regional dos/as Produtores/as Agroecológicos (Arpa), Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Comodoro (Coopermaf) e Associação Regional das Produtoras Extrativista do Pantanal (Arpep) para a arrecadação e doação de alimentos a moradores de rua, famílias assentadas, comunidades tradicionais, estudantes, migrantes, indígenas e tantos outros grupos afetados pela pandemia.

Em escala nacional, o Movimento dos Sem Terra (MST) lançou o Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular, com medidas de proteção e produção visando a garantia de vida digna para as populações do campo. Era a hora de mostrar na prática a importância da reforma agrária e o direito universal de à alimentação de qualidade e preservação ambiental com modelos de produção mais sustentáveis.

As doações do Formad aconteceram em um momento em que as políticas públicas de apoio aos agricultores familiares foram dimi-



nuindo conforme o tempo passava, além da redução e até encerramento de qualquer tipo de incentivo ou liberação de recursos para a agricultura familiar e projetos de agroecologia. Foi a agricultura familiar e a agroecologia que evitaram que muitas famílias não morressem de fome na pandemia!

Se para as populações do campo e da cidade, os efeitos da pandemia já causavam estragos, para os povos indígenas de Mato Grosso, as ameaças de invasões de terras ganharam força com o Projeto de Lei Complementar (PLC 17/2020). A proposta do

governo estadual autorizava o registro do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de propriedades em sobreposição a terras indígenas não homologadas, além de permitir a remoção de vegetação em Áreas de Preservação Permanente (APP) de projetos considerados de “baixo” impacto ambiental, interesse social ou em casos de intervenção de utilidade pública, sem a confirmação dos dados do CAR. Por grande pressão do movimento indígena e da sociedade civil, este conteúdo foi excluído, mas os demais itens da proposta foram aprovados às pressas, sem debate público e durante a pandemia.

Nas instâncias deliberativas do governo estadual, como o Conselho de Pesca (Cepesca) e o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), mesmo com a presença de representantes da rede do Formad, a consulta pública, o debate e a transparência de projetos pouco foram vistos. Inclusive, em outubro de 2020 o governo encerrou as atividades do Cepesca sem explicações e ao longo dos últimos anos, a atuação do Consema recebeu mais críticas ao descumprimento de sua função deliberativa e favorável ao meio ambiente do que elogios.

Para quem está na zona mais frágil da luta pela terra, foram anos de constante medo, ameaças, violência, conflitos, tentativas de expulsão e mortes. Recordista no índice de florestas degradadas e maiores taxas de desmatamento, Mato Grosso acumula outro triste marco: o de estado com alto número de conflitos no campo, principalmente, em regiões de interesse do agronegócio. Além do crescimento da violência contra comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, nota-se a pouca presença de forças do Estado, tanto na fiscalização dessas ações como na proteção dos povos atingidos.

“

Não temos observado uma fiscalização efetiva nesses locais, até porque o Governo Federal fragilizou este trabalho. Vemos muitas denúncias contra pequenos posseiros e assentados impedidos de trabalhar por conta da degradação maior causada por fazendeiros, empresários, grileiros. Falta sensibilidade de entender quem são os verdadeiros causadores dessa degradação. Viemos também de um período de incentivo ao desmatamento desenfreado e uso de agrotóxicos na expulsão de comunidades”

Wellington Douglas Rodrigues da Silva, coordenador regional da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A mudança de Governo Federal, com a gestão iniciada em 2023 trouxe um sopro de esperança ao campo socioambiental no país e também em Mato Grosso, apesar de um cenário praticamente o mesmo para os próximos anos. Em uma eleição histórica, que dividiu o Brasil entre aqueles que ignoraram quatro anos de retrocessos, fome, desemprego, violência e negligência e aqueles que acreditavam que era urgente mudar isso, o petista Luís Inácio Lula da Silva retornou à presidência após 12 anos. A vitória representa também um “freio” do avanço do agronegócio em áreas protegidas, do desmonte de órgãos de fiscalização e proteção e, principalmente, a recuperação de áreas degradadas. Já nas primeiras semanas de governo, algumas mudanças significativas foram notadas, a exemplo de três importantes ministérios, sendo dois deles novos, o da Igualdade Racial e dos Povos Indígenas; e a inclusão da pauta Mudanças Climáticas na gestão do Ministério do Meio Ambiente.



Democratizar informações e promover o debate

socioambiental é nosso desafio e objetivo desde o início. Em 30 anos, estivemos ao lado e junto das comunidades tradicionais, ribeirinhos, povos indígenas e quilombolas. Em defesa não só do meio ambiente, mas da justiça social, da transparência, da soberania alimentar, do direito à terra, da preservação de territórios e, principalmente, na luta por um mundo que se desenvolva sem causar danos. Nossa luta é nossa!



FORMAD

30
anos

QUEM TECE A REDE

Contemplando os três biomas presentes em Mato Grosso: Amazônia, Cerrado e Pantanal, o Formad é resultado do trabalho de suas filiadas por todo o estado. São mais de 30*

organizações de base comunitária que atuam no campo da mobilização social, justiça ambiental, soberania alimentar, segurança e saúde de trabalhadores, regularização fundiária e áreas protegidas, defesa dos direitos humanos, dentre outras frentes de luta e consciência.

Associação Cultural Fé e Vida (Sociedade Fé e Vida) • Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Ribeirão Itambé (Acorequiri) • Associação das/os amigas/os do Centro de Formação e Pesquisa Olga Benário Prestes (Aamobep)

• Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (ANSA)

• Associação Pacto das Águas (Pacto das Águas) • Associação Rural Juinense Organizada para Ajuda Mútua (Ajopam) • Associação Quilombola Sesmaria Boa Vida Mata Cavalo (Quilombo Mata Cavalo • Associação Regional de Produtores Agroecológicos (Arpa) • Associação de Pesquisa Xaraiés (Xaraiés) • Central Única dos Trabalhadores (CUT) • Centro Burnier Fé e Justiça (CBFJ) • Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennés (CDHDMB) • Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade (CDHHT) • Centro de Tecnologia Alternativa (CTA)

*Atualizado em abril/23

• Coletivo Aacuarela (Aacuarela) • Comissão Pastoral da Terra/Regional Mato Grosso (CPT-MT) • Conselho Indigenista Missionário/Regional Mato Grosso (CIMI-MT) • Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)

• Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (Fepoint)

• Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas/MT (Fonasc) • Fundação Ecológica Cristalino (FEC) • Grupo Arareau de Pesquisa e Educação Ambiental (Grupo Arareau) • Grupo Semente de Chapada dos Guimarães (Grupo Semente) • Instituto Caracol (ICaracol) • Instituto Centro de Vida (ICV) • Instituto Floresta de Pesquisa e Desenvolvimento Sustentável (IFPDS) • Instituto Ecótono • Instituto Gaia de Pesquisa e Educação Ambiental (Instituto Gaia) • Instituto Samaúma • Levante Popular da Juventude de Mato Grosso • Movimento do/as Atingidos/as por Barragem/Coordenação MT (MAB-MT) • Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra/Coordenação MT (MST-MT) • Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador (Neast-UFMT) • Operação Amazônia Nativa (OPAN) • Organização de Mulheres Indígenas Takiná (Takiná) • Reunião e Movimento por Amor ao Rio (Remar)

PALAVRA DA SECRETARIA EXECUTIVA

Do ponto de vista da história, os fóruns estiveram organizados como espaços de discussão pública, ou seja, representaram nas sociedades grega e romana as instâncias em que cidadãos e cidadãos poderiam discutir livremente seus pontos de vista, suas discordâncias e suas formas de pensar a coisa pública.

É desta forma que o Formad - naquele período, batizado ou nomeado Fórum Mato-grossense de Meio ambiente e Desenvolvimento - é pensado e criado, tendo como principal missão o fortalecimento e a garantia de participação no regime democrático. Vale lembrar que naquela época, ou seja, em 1992, o processo de redemocratização do país ainda completaria quatro anos de existência, portanto, uma democracia frágil, incipiente, requerendo um cuidado e envolvimento da sociedade.

Considerando que a questão ambiental, também naquele período, ainda carecia de um processo pedagógico, informativo e, por óbvio, protetivo, nosso fórum também deveria ser um espaço de envolvimento ecológico. Por outro lado, ou no mesmo sentido, a questão social e a garantia de respeito às dinâmicas socioeconômicas não hegemônicas também representariam, e ainda representam, um enorme desafio no entrelaçamento com as ecologias.

Considere-se também que o estado de Mato Grosso, ao longo dos anos, foi se configurando como um território de exploração e expropriação em que o interesse público se fundiu ao interesse privado, principalmente em relação à questão fundiária.

Olhando desta forma, enfrentar a aliança entre o Estado e o setor privado foi, e será um dos maiores desafios, notadamente quando os grupos sociais - indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais -, estão, prática e naturalmente, desalinhados às lógicas preponderantes de uso e ocupação do solo. Assim, o Formad enfrentaria dois grandes desafios: organizar-se internamente enquanto coletivo, fórum, redes e eixos de convergências de suas organizações; e, externamente, apresentar-se como porta-voz ou espaço da coletividade de diversos grupos sociais não ouvidos e não vistos para construção de políticas públicas socioambientais pelo Estado.

Nesse sentido, durante muito tempo, nosso fórum foi confundido com uma ONG tanto pelo estado de Mato Grosso quanto pelo setor privado. Embora o Formad tenha atuado e sido reconhecido como um ente importante na construção de políticas públicas, a ideia de uma organização ou de um organismo sem personalidade jurídica, até os dias de hoje, não tem sido de fácil digestão. É forçoso reconhecer a dificuldade em compreender como que uma organização em rede ou redes, sem dono, sem domínio, sem CNPJ, se manteria ativa e atuante durante 30 anos tanto como ideia quanto como espaço sem a chancela cartorial, estatal, burocrática e jurídica.

Compreendemos que os laços ou fios que amarram as organizações de nosso fórum em rede ultrapassam os limites burocráticos, normativos, jurídicos, na medida em que são tecidos e tecidos políticos, ideológicos, utópicos e afetivos. A mistura entre crenças, sonhos, afetos, ideologias e ética nos mantém teimosamente nas trinchei-

ras da resistência, da existência, lutando por um mundo melhor e justo para todas, todos e todes.

Os próximos 30 anos ou mais serão de lutas ainda mais intensas visto que o ponto de não retorno de diversos serviços ecossistêmicos não é apenas um risco, mas se coloca diante de nós como um fato. A surdez e a cegueira da estrutura estatal público-privada talvez seja o que há de mais difícil, na medida em que nenhum argumento de sensatez é capaz de vencer ou convencer os tomadores de decisão, mesmo quando se traz para a mesa de debate aspectos técnicos e científicos.

A Crise ou Emergência Climática não é mais o enredo de um filme. Não é uma catástrofe que assistimos nos cinemas ou na televisão, mas se traduz no desconforto climático que enfrentamos cotidianamente.

No entanto, nossa capacidade de esperar, de sonhar, de lutar, principalmente, se olharmos para trás e virmos o quanto caminhamos, o quanto construímos, o quanto existimos e resistimos, nos manterá firmes, fortes e teimosos, desde que nos mantenhemos juntos porque aqui **NINGUÉM SOLTA A MÃO DE NINGUÉM.**

Herman Oliveira, secretário executivo do Formad

Outubro/2023

